

## **EXPOSIÇÃO: DO ECLETISMO AO CONTEMPORÂNEO**

### **MÓDULO: CONTEMPORANEO**

Esta exposição trata da relação entre Cidade-Patrimônio-Arquitetura, desenvolvida a partir do Trabalho Final do Curso de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Paulista, no decorrer do ano de 2017. O desafio proposto aos alunos foi de intervir, no centro histórico de Campinas, com um projeto arquitetônico contemporâneo, e ao mesmo tempo com um diálogo com um significativo patrimônio arquitetônico existente.

Em 1986, Carlos Nelson Ferreira dos Santos, em seu artigo “Preservar não é tombar, renovar não é pôr tudo abaixo”, sistematizava, de forma pioneira, os impasses vividos pelas políticas do patrimônio no Brasil, que segundo Castriota (2007) estão perdidas entre discursos que incorporam novidades com exemplos do exterior e práticas muitas vezes regressivas, que repetem ações em curso desde 1930. Essa dicotomia, na visão deste autor, acontece devido a não absorção real no país do conceito contemporâneo e ampliado do patrimônio e a decorrente indefinição acerca do tipo de intervenção a ser exercida sobre os bens culturais.

Castriota (2007) também relata a existência de uma imprecisão teórica, no sentido das definições e nomenclaturas, que refletem na escolha das estratégias de atuação e em políticas imobilistas, que não conseguem reconciliar preservação e desenvolvimento. E também de políticas que, na busca de revitalização econômica a qualquer custo, destroem os laços locais, expulsam a população e geram intensa gentrificação nas áreas que querem conservar.

Motta (2000) acrescenta que o enobrecimento cria uma nova forma de uso para áreas que são alvo de intervenção, valendo-se do argumento da preservação e tirando partido de seu valor simbólico para transformá-las em produto de mercado, resultando em sua apropriação cenográfica, denominada por ela “apropriação cultural dirigida”. Deixa-se de lado o papel da cidade como “objeto socialmente construído” e o valor de seu patrimônio como “fonte de crescimento”.

Esta preocupação está refletida em diversas cartas patrimoniais que, em diferentes momentos, abordam formas de intervir e os impactos destas ações sobre o território, a população residente e a identificação cultural destes espaços a partir de usos e dinâmicas urbanos, como a Declaração de Amsterdã, a Recomendação de Nairóbi, entre outras.

Portanto, é no conjunto entre espaço urbano e a arquitetura que as relações devem acontecer para a obtenção do “objeto socialmente construído”. Segundo Panerai (2006), o tecido urbano é composto pela intersecção de três elementos: a rede viária, o parcelamento fundiário e as edificações. A análise recorrente desses elementos deve ser realizada pela caracterização dos mesmos e de suas relações com o espaço.

O sistema arquitetônico que compõe o tecido urbano, pode ser compreendido como um conjunto complexo de elementos heterogêneos que se relacionam entre si e cuja organização deve se adaptar à estrutura do contexto (MONTANER, 2009). Segundo Corrêa (1995), o espaço urbano é “fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e um campo de lutas”.

O cientista político Michael Walzer (apud ROGERS, 2001) identifica que o espaço urbano pode ser dividido em dois grupos distintos: 1) monofuncional e 2)

multifuncional. O espaço multifuncional contém interação com as pessoas. Este espaço está associado com a cidade sustentável, que consiste no território urbano que visa garantir a qualidade de vida por meio do fortalecimento de relações equilibradas, entre os bairros, entre o centro e a periferia, entre o espaço privado e especialmente o espaço público (COMPANS, 2009).

É este espaço que MIS – Museu da Imagem e do Som busca, pois ao ocupar o Palácio dos Azulejos, importante patrimônio arquitetônico da nossa cidade, tombado pelo IPHAN, CONDEPHAAT e CONDEPACC, preocupa-nos não somente as questões inerentes ao museu, mas sim como esta ocupação pode ser saudável para este equipamento, assim como estabelecer um uso sustentável deste patrimônio arquitetônico.

Este é o MIS – Museu da Imagem e do Som de Campinas, um museu que mantém uma relação inter-setorial e interdisciplinar com as diferentes áreas e diferentes setores. Garante assim, nesta exposição, uma integração entre o patrimônio, a arquitetura contemporânea e a cidade, no intuito de articular o que Castello (2007) intitula como “lugares conversáveis”, onde a convivência pode ser incrementada, em que haja interação entre os indivíduos e deles com o lugar que os permeiam.

Ao conceber esta exposição pensamos na possibilidade de estabelecer uma relação dialética com o público, para que perceba a cidade a partir das construções contemporâneas, dos patrimônios históricos e como é possível que haja uma convivência harmoniosa entre os diferentes conjuntos/contextos arquitetônicos. A expografia é resultado do imenso trabalho de equipe de alunos/estagiários que ao serem estimulados compuseram os espaços compreendendo a potência do tema e a desafiadora tarefa de constituir este projeto.

---

CASTELLO, Lineu. “A cidade dos lugares conversáveis”. Arqtexto17. Porto Alegre: PROPAR/ UFRGS, 2007.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. “Intervenções sobre o Patrimônio Urbano: Modelos e Perspectivas”. In Fórum Patrimônio: FORUM PATRIMÔNIO: amb. constr. e patr. sust. Belo Horizonte, v.1,n.1,set./dez. 2007

COMPANS, Rose. “Cidades sustentáveis, cidades globais: antagonismo ou complementaridade”. In: ASCELRAD, Henry (Org.). A duração das cidades. Rio de Janeiro, DP&A, 2001. p.105-137.

CORRÊA, Roberto Lobato. “Espaço Urbano”, Campinas: Editora Ática, 1995.

MONTANER, Josep Maria. “Sistemas Arquitetônicos Contemporâneos”. Barcelona: Ed. GG, 2009.

MOTTA, Lia. “A apropriação do patrimônio urbano: do eclético-estilístico nacional ao consumo visual global”. In: ARANTES, Antonio A. (Org.). O espaço da diferença. Campinas: Papirus, 2000. p. 256-287.

PANERAI, Philippe. “Análise Urbana”. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006.

ROGERS, Richard. “Cidades para um pequeno planeta”. Barcelona: Editora GG, 2001.

SANTOS, Carlos Nelson F. dos. “Preservar não é tomar, renovar não é por tudo abaixo”. Projeto. No 1. 86, 1986.